

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 525.966 - SP (2019/0233721-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : KATIA APARECIDA MORAIS DO NASCIMENTO
ADVOGADO : KATIA APARECIDA MORAIS DO NASCIMENTO LIMA
- SP315334
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IGOR DA SILVA MARGARIDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

O **paciente** alega sofrer coação ilegal no seu direito a locomoção, em face de acórdão prolatado pelo **Tribunal estadual** em apelação criminal.

Depreende-se dos autos que o acusado foi condenado, em primeira instância, a **5 anos e 4 meses de reclusão, no regime semiaberto**, juntamente com o **corréu Matheus Rigueti Rodrigues**, pela prática de roubo majorado – **art. 157, § 2º, II e V**, do Código Penal (fls. 13-17).

O Tribunal estadual deu provimento ao apelo da acusação e **recrudesceu o regime prisional do paciente para o fechado** (fls. 18-22).

Nas razões deste *writ*, a impetrante apontou ilegalidade na aplicação dos **arts. 33 e 59 do Código Penal**, em virtude da imposição do **regime inicial fechado**.

Alegou que a pena fixada não ultrapassou 8 anos de reclusão, que o réu era primário ao tempo dos fatos e possui profissão certa.

Requeru, liminarmente e no mérito, **o estabelecimento de regime prisional menos gravoso**.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 26-27).

Prestadas as informações (fls. 38-50), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 52-54), que opinou pela prejudicialidade do *writ*.

Decido.

Pela leitura das **informações prestadas pelo Tribunal**

Superior Tribunal de Justiça

estadual (fls. 45-46), e em consulta à página eletrônica da Corte de origem, o gabinete verificou que **foi concedido ao paciente a progressão prisional para o regime aberto.**

Assim, com **a superveniência de decisão abrando o regime prisional do insurgente**, fica evidenciada a prejudicialidade do pedido aqui formulado.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **julgo prejudicado** este habeas corpus, pela perda do seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**